

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Conflictos de terra em Roraima. Acampados e assentados versus estado.

Carlos Alberto de Sousa Cardoso.

Cita:

Carlos Alberto de Sousa Cardoso (2009). *Conflictos de terra em Roraima. Acampados e assentados versus estado. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1581>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Conflitos de terra em Roraima

Acampados e assentados versus estado

*Carlos Alberto de Sousa Cardoso*¹

Esse trabalho analisa a organização das famílias acampadas e assentadas em Roraima na busca por um pedaço de terra para viver e trabalhar, como também, a luta para garantirem o estabelecimento e o acesso a políticas públicas direcionadas para os agricultores de base familiar. Essa situação tem implicado em um constante conflito entre as referidas famílias e o Estado brasileiro, representado especialmente pela Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), aprofundado a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado no ano de 2003. Para tanto, realizei uma breve investigação da constituição e da ação dos movimentos sociais rurais e do movimento sindical rural em Roraima, assim como, diante dos 50 Projetos de Assentamento Rural de responsabilidade da referida autarquia, defini 5 áreas distintas para efetuar a pesquisa de campo, além de dois acampamentos coordenados pelo MST.

Localizado na porção setentrional da Amazônia brasileira, zona fronteira do extremo norte brasileiro, o estado de Roraima limita-se ao norte com a República Bolivariana da Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana; a leste, com a República Cooperativista da Guiana; a

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, Brasil, cacaaur@uol.com.br

oeste, com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela, e ao sul, com os estados do Amazonas e do Pará. Seu principal tronco rodoviário é a BR 174, que interliga Manaus e Boa Vista a Caracas. A capital, Boa Vista, está localizada à margem direita do rio Branco, a uma distância de 785 Km da cidade de Manaus; 1.528 Km de Caracas, capital da Venezuela, e 641 Km de Georgetown, capital da Guiana (BARROS, 1995).

A expansão do capitalismo e o aprofundamento de um modelo de modernização conservadora da agricultura, no período pós-1964, implicou em uma forte ocupação da Amazônia brasileira, como forma de reduzir conflitos sociais de outras regiões do Brasil e incorporar esse vasto território ao próprio sistema. O estado de Roraima sofreu os impactos dessa expansão recebendo grande fluxo de pessoas nos últimos 40 anos, transformando-se de um estado em que era fácil a obtenção de terras numa região onde o agronegócio e os sem-terra disputam sua territorialização.

Uma nova forma de lutar pela terra surge em Roraima por volta de 2003. As ações de ocupação foram iniciadas naquele ano (e ocorreram não apenas por aquilo que Lula representava, pelo menos até aquele momento: um digno representante das classes trabalhadoras que, historicamente, havia firmado o compromisso de que, se algum dia chegasse à presidência da República, iria realizar a reforma agrária), mas especialmente por conta do débito do governo FHC, que deixou milhares de pessoas excluídas do seu programa de reforma agrária virtual - aquele em que o interessado se inscrevia pelos correios, recebia a confirmação do seu cadastro pelo INCRA, mas nunca era assentado. O governo FHC chegou a utilizar esses dados para propagar que estava fomentando a maior reforma agrária em curso no mundo e que o fazia em formato inédito: a reforma agrária virtual (OLIVEIRA, 2006).

Assim, deduzi que dois fatores fomentaram a ocupação de terras em Roraima a partir daquele momento: a) o déficit deixado pelo governo anterior (VILHENA JÚNIOR, 2008), e b) o fato de que os cadastrados até então, mas que não tinham sido atendidos, se sentiram encorajados com a eleição de Lula, que durante a campanha eleitoral de 2002 prometeu que “faria a reforma agrária de qualquer jeito”. Enfim, foi nesse contexto que decidiram pressionar o governo federal com várias ocupações.

Diante desse novo cenário, iniciou-se o processo de ocupação de áreas da União. A primeira iniciativa dessa natureza no Estado ocorreu em 2003: a antiga fazenda BAMERINDUS foi repassada para o INCRA em 2001², para fins da reforma agrária; passados dois anos, os projetos de

² Fazenda tomada pelo Banco Central do Brasil em virtude das dívidas deixadas pelo antigo Banco BAMERINDUS e posteriormente doada ao INCRA para fins de reforma agrária.

assentamento ainda viviam de promessa. Em seguida, foram formados os acampamentos no Tatajuba e do Ajaraní, nos municípios de Cantá e Iracema, respectivamente. (VILHENA JÚNIOR, 2008).

Conforme esse autor, a estratégia usada era a de pressionar o INCRA para que logo fossem criados os projetos de assentamento para atender as demandas dos sem-terra de Roraima incluindo, não apenas os inscritos na reforma agrária virtual do governo anterior, mas também os novos demandantes que foram e iam surgindo. Outra preocupação que motivava a movimentação das entidades que mobilizaram os acampados (FETAG, STR de Boa Vista e CAR), era o manifesto interesse do governo de Roraima nas terras da BAMERINDUS – cujo intento era atrair grupos empresárias para investirem na monocultura da soja.

Nos acampamentos do interior do Estado, o que impulsionava o movimento sindical, além do desejo de garantia de um lote para cada acampado, era uma disputa de espaço com os grileiros de terras, que há anos atuam no estado de Roraima com fins especulativos, que vão desde a ampliação de latifúndios à extração ilegal de madeira, dentre outros (VILHENA JÚNIOR, 2008). Essa forma de mobilização representava uma novidade tanto para o movimento sindical quanto para os movimentos sociais envolvidos com a questão agrária, que até então estavam habituados com manifestações em frente à sede do INCRA, para reivindicar a liberação de créditos, recuperação de vicinais, dentre outras demandas.

Em relação ao acampamento da Fazenda BAMERINDUS, os interessados começaram a se organizar por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista, da FETAG/RR, da CAR e de outra entidade sobre a qual não conseguimos levantar maiores informações: a Central dos Sem Terra e Sem Teto de Roraima (CESTER), dirigida pelo irmão do então superintendente do INCRA à época. A seguir resgatamos a fala de uma ex-acampada, que esclarece sobre a forma de contato entre os sem-terra e a organização da ação de ocupação:

Porque nós não tínhamos onde morar, morávamos de favor, ai quando a gente soube que o INCRA estava dando as terras de assentamento a gente se cadastrou lá no bairro mesmo, na associação, porque ai foi quando a gente veio, porque a gente já não aguentava mais trabalhar para os outros. A gente soube dessas terras por intermédio do Sindicato que existia lá no bairro que a gente morava, (...) eles reuniam o pessoal lá em Boa Vista para definir as datas que a gente viria para o acampamento, ai juntava aquele

monte de gente, as vezes reunia 200, 300, 500 pessoas para discutir essas questões. Essas reuniões eram organizadas pela CAR e STR.³

O processo de mobilização das famílias interessadas em participar do programa de reforma agrária do governo Lula foi iniciado pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por movimentos sociais.

Naquele período, um grupo acampou na área do PA Nova Amazônia (Murupu) e, no início de 2004, outro acampou no PA Nova Amazônia I (Truaru), numa região um pouco mais distante, a aproximadamente 70 Km de Boa Vista. Nesse ínterim, ocorreu uma série de negociações entre a direção do INCRA e as entidades organizadoras das ocupações, nas quais eram socializadas as informações com as famílias acampadas. O grupo do Truaru permaneceu quatro dias acampado e, após reunião em que estavam o então superintendente do INCRA, Lurenes Cruz, bem como representantes da CAR, da FETAG e do STR de Boa Vista, ficou estabelecido que em 90 dias aquele órgão providenciaria a instalação das famílias cadastradas e que, assim, não seria necessário permanecerem acampadas em condições precárias, conforme nos informou o senhor Mozarildo da Silva, assentado do Truaru, em entrevista concedida no ano de 2008.

Passados os 90 dias, o INCRA não cumpriu o acordo e, aproximadamente, 200 famílias retornaram para o Truaru, entre os meses de maio e junho de 2004, para de lá não mais saírem.

Quando nós entramos a gente passou 4 dias, ai veio o pessoal do INCRA, o Lurenes e seu Pedro, estava também o Zaqueu e a Dalva era uma turma ai para negociar com a gente para gente sair para depois o INCRA regularizar o assentamento, ai deram 90 dias, ai a gente foi e saiu. Isso foi em fevereiro, ai em maio veio a primeira turma para ficar em definitivo, e depois a gente veio em junho em definitivo também, porque o INCRA não dava resposta para gente⁴.

Durante o período de um ano, os acampados viveram de forma coletiva: produzindo, morando, compartilhando os momentos de lazer, como se percebe na fala de Dona Santinha:

A gente ficou junto porque o INCRA ainda não tinha demarcado os lotes, assim ficava todo mundo junto, em uma área coletiva, todo mundo vivia acampado em baixo das mangueiras, em baixo dos cajueiro, em uns

³ Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, assentada do PA Nova Amazônia I, 2008.

⁴ Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, assentado do PA Nova Amazônia I, 2008.

barracões que havia na época. Então foi assim que a gente passou mais de seis meses nesse período de coletividade⁵.

Interessante notar como as formas de organização, com base no trabalho coletivo, foram surgindo: “teve vários acampamentos aqui dentro espalhados assim. A gente se juntava em um grupo de 10 pessoas, 20 pessoas e tirava um líder e ele definia quem ia para roça e quem ia para a cozinha”⁶.

Para o atual presidente Central dos Assentados de Roraima, senhor Ricardo José Ferreira de Brito, na época do acampamento da Fazenda BAMERINDUS houve um conflito de interesses entre as famílias sem-terra e parte das lideranças do movimento que estavam aliadas ao superintendente do INCRA.

Os problemas de desvio de patrimônio público e do uso político eleitoral das famílias acampadas na antiga Fazenda BAMERINDUS causaram uma certa revolta nas pessoas que aguardavam pelo seu lote. Assim, naquele momento, assistimos a uma grande mobilização das famílias acampadas, buscando a destituição do superintendente do INCRA:

botamos o superintendente para fora, aí teve a negociação com o pessoal que veio de Brasília. A gente passou mais de 48 horas cercado pela polícia que pretendia tirar a gente de lá. A gente queria tocar fogo no INCRA, depois ficamos com medo de tocar fogo porque tinha muitas crianças e mulheres dentro do INCRA, aí muitos não deixaram tocar fogo. A situação ficou difícil, aí chegou um advogado para negociar, formamos uma comissão e negociamos a saída do INCRA. Fizemos toda essa manifestação porque a demarcação dos lotes não andavam e o crédito de apoio inicial não saía⁷.

Na sequência daquela manifestação, com a chegada do novo superintendente, senhor João Batista, as denúncias de corrupção começam a ser apuradas; porém, a relação com as famílias acampadas continuou tensa. Foi iniciada a demarcação dos lotes a partir de um convênio assinado entre o INCRA e o Sexto Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (6º BEC). Dessa forma, as famílias começam a receber seus lotes e as lutas do acampamento vão ficando na lembrança dos antigos acampados da Fazenda BAMERINDUS.

⁵ Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, assentada do PA Nova Amazônia I, 2008

⁶ Idem.

⁷ Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008

O tempo do acampamento foi um tempo de aprendizado coletivo. Mas como ocorre em outras realidades, a passagem para o assentamento é um momento de separação, de distanciamento daquela primeira comunidade que congregou um conjunto de pessoas em busca de um só objetivo: a terra. Agora na condição de assentados os projetos tendem a caminhar para as soluções individuais (PEREIRA, 2004, p. 211).

A avaliação do presidente da CAR, Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, nos remete a esse universo: “porque a questão das organizações ela se perde depois que existe o assentamento, depois que você está com a sua terra, você esquece a época do acampamento, esquece que você brigou muito, esquece que tem uma organização”.

Assim, após a conquista do assentamento e a euforia da vitória, os ex-acampados da antiga fazenda BAMERINDUS passaram para condição de assentados do PA Nova Amazônia e do PA Nova Amazônia I. Nessa nova etapa, as lutas seriam diferentes, pois nem todos resistem às dificuldades impostas pelo atual modelo de assentamento implementado pelo governo federal; alguns persistem, porque encontram na terra uma autonomia que lhes permite uma vida melhor: “nós ficamos e não recebemos casa, nem crédito e não fomos embora porque a gente não queria voltar a trabalhar para os outros ai ficamos aqui mesmo. E a nossa vida aqui está muito melhor”⁸.

Contudo, essa transformação da luta pela terra em Roraima acabou por chamar a atenção de um dos maiores movimentos sociais do país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chega ao estado em 2006.

Com a presença do MST ocorre uma intensificação do número de acampamentos e o seu foco são as terras da União. Porém algumas propriedades particulares chamam a atenção de sua coordenação, fato que levou alguns setores da sociedade local a receberem esse movimento com desconfiança e até mesmo agressividade.

O MST iniciou um processo de contato com trabalhadores desempregados e com jovens na periferia da cidade de Boa Vista, como forma de apresentar uma alternativa para essas pessoas que são precariamente atendidas por programas assistencialistas do governo do estado de Roraima e da prefeitura de Boa Vista. Foi assim que o movimento conseguiu aglutinar forças para dar início a suas ações de ocupação de terras da União.

Dessa forma, foram ocupadas várias áreas no município do Cantá e foram instalados os acampamentos do Patoá, Pau Brasil, Pau Rainha e Jatobá, dentre outros, todos em terra da União.

⁸ Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, assentada no PA Nova Amazônia I, 2008

Também foram ocupadas algumas propriedades particulares, que o movimento classificava como terras griladas, improdutivas ou abandonadas e que não cumpriam a função social da terra conforme estabelecido no Estatuto da Terra. Sobre a questão, citaremos apenas um exemplo: o acampamento Irmã Dorothy, localizado no município de Mucajaí.

Os assentados percebem a importância das entidades e dos movimentos sociais para a organização dos trabalhadores rurais, porquanto as próprias circunstâncias de moradia em lotes distantes, em regiões remotas e de difícil acesso, pois sem o trabalho de mobilização, de formação e de organização promovidos pela CAR, CPT, FETAG, MMC e MST, seria muito mais custoso para essas famílias o estabelecimento de laços de unidade para conquistarem os seus objetivos.

O acesso à terra representa um novo momento e um novo lugar na experiência de vida das pessoas acampadas e assentadas (...) O sonho ou realidade da “terra prometida” é a perspectiva fundamental, capaz de garantir, por intermédio do trabalho e da produção, a liberdade, sobrevivência e continuidade da vida (reprodução social). O trabalho é o valor, real e simbólico, mais importante no processo de luta e conquista da terra. O direito ao trabalho é parte fundante do processo de luta e da construção de representações que explicam e justificam a realidade e as ações das pessoas sem terra. (SAUER, 2005, p. 69)

O significado atribuído por esse autor para a obtenção do lote para as famílias assentadas foi corroborado pelas palavras de três de nossos entrevistados:

A nossa vida está muito melhor, a gente se sente muito bem, porque tudo que a gente planta e tudo que a gente cria é da gente. Então isso para gente é muito bom⁹.

Nós estamos morando no nosso lote, sem ter que pagar aluguel, sem ter que trabalhar para os outros¹⁰.

O que representa um agricultor estar no seu próprio lote, representa liberdade, ele tá liberto, ele está no seu próprio lote, para ele como cidadão brasileiro, cidadão comum, chefe de família é uma liberdade porque ele é o

⁹ Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008.

¹⁰ Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008.

patrão, ele não é o empregado, mesmo produzindo pouco, mas ali ele é o patrão do seu próprio trabalho¹¹.

Contudo, o lote não é apenas o lugar da liberdade de ser o seu próprio patrão e o lugar de criar a família e de viver. Como lembra Sauer (2005, p.69):

a terra, no entanto, não é representada apenas como um meio ou instrumento de trabalho ou de produção. O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência. Ela representa um local de pertencimento, de construção real e simbólica do ser, um vir-a-ser que é estar em um lugar.

A afirmação de Sauer vai ao encontro do pensamento do Sr. Mozarildo da Silva: “a gente está aqui e não é mandado por ninguém, nós estamos aqui por livre e espontânea vontade e morando no que é da gente”.

Assim, podemos compreender o significado de quem não tinha emprego ou vivia em situação de humilhação e exploração e agora é dono do seu próprio destino. Estar assentado significa uma vitória depois de um longo processo de luta. Nesse caso, não contra o latifúndio, mas contra o próprio Estado, que deveria promover a reforma agrária. Porém a luta pelo direito a terra apenas começou.

¹¹ Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008.

Referências:

- BARROS, Nilson Cortez C. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional : estudo de ocupação pioneira na América Latina.** Recife : Editora Universitária da UFPE, 1995.
- Cardoso, Carlos A. de S. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima.** São Luis, 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula.** In: Reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, mar. 2006. Disponível em: <http://www.landaction.org/gallery/ANaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf>. Acessado em: 14 out. 2008.
- PEREIRA, José Roberto. Terra e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da Terra.** Brasília : Editora UNB, 2004.
- SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate.** Brasília : MDA/NEAD, 2005.
- VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. **Trajetória de Luta pela Terra dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Ajaraní: do Acampamento ao Assentamento.** Boa Vista, 2008. 137 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.